

# O Senado e a dívida

○ Senado instalou ontem uma comissão especial para investigar a dívida externa, de acordo com requerimento apresentado pelo senador José Ignácio (PMDB-ES), um brilhante parlamentar. A importância que está sendo dada a essa CPI pode ser aferida pelo fato de a integrarem todos os líderes partidários. Quebrando a tradição, o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), outro parlamentar de alto nível, decidiu ser o relator.

Tudo indica, pois, que o País finalmente terá conhecimento de qual é sua dívida externa, como foi contraída, quais os juros pagos e como foram aplicados os recursos. Há, ninguém desconhece, as versões mais diversas, a começar pelas insinuações de enriquecimento ilícito, de lesa-pátria etc. A defesa da moratória unilateral, que em certo tempo caracterizou o PMDB, fundamentava-se na ilegalidade e na imoralidade dos empréstimos.

Grande parte dessa dívida foi aprovada pelo Congresso Nacional, com o apoio de então parlamentares do PDS, hoje influentes figuras da Nova República. Lembro-me de um empréstimo externo para estado nordestino, renovado nesta República, que acabou beneficiando clubes de futebol. Muito dos recursos transferidos a estados e municípios, que recebiam em cruzeiros, se destinaram a obras supérfluas, a estádios megalomaniacos.

A dívida externa precisa ser esmiuçada pela CPI do Senado. Será interessante descobrir quanto o fracassado acordo nuclear é responsável. Claro que dirão com grande sapiência que o acordo não visava a mera instalação de usinas com finalidades energéticas mas nos permitir ingressar no ciclo do átomo, pois somos uma potência emergente. Uma análise isenta, sem xenofobia, mostrará que esse acordo foi um grande erro.

Há tempos o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, manteve as suspeitas ao dizer que pretendia fazer uma auditoria para apurar a origem da dívida. Com frequência, personalidades da Nova República anunciaram "o livro branco da dívida". A CPI do Senado tem a obrigação de confirmar essas suspeitas ou refutá-las. Espera-se que não fique como a comissão do Executivo que apurou a Operação Patrícia — compra irregular de 630 mil sacas de café — cuja conclusão só não foi antológica porque rotineira: nestes casos é difícil apurar a verdade.

A comissão tem de investigar, também, se os recursos foram realmente empregados e quais os resultados obtidos. Novamente as suspeitas são de que os empréstimos externos foram manejados irregularmente, distribuídos sem critérios. A CPI tem uma missão extremamente difícil, mas pelos nomes que a compõem é justo esperar que esteja a nascer nela o Legislativo exigido pela crise nacional.